

A EVOLUÇÃO DO SENTIMENTO DE CIDADANIA NO BRASIL

Mayara Brandão Teixeira¹

Resumo:

O presente trabalho foi realizado no âmbito da disciplina de Política e Organização Básica da Educação (POEB), na Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para alunos de diversas Licenciaturas, pela professora Egeslaine de Nez. O objetivo deste trabalho é entender e aprofundar demais conhecimentos referentes ao conceito de Cidadania, desde sua origem até os estudos mais recentes. Para o desenvolvimento de tal atividade foi utilizada bibliografia pertinente e entrevistas à pessoas diversas da sociedade.

Palavras chave:

Sociedade. Nacionalismo. Cidadania. Política. Social.

Introdução

O conceito de cidadania foi cunhado já na Grécia antiga e desde então vem sendo desenvolvido e aprofundado nas sociedades modernas e contemporâneas. A cidadania envolve uma gama de direitos – civis, políticos e sociais- que foram sendo amplamente conquistados após as Revoluções Francesa e Americana. Percebendo assim, conforme Brzezinski, Júnior e Lima (2022) as diferenças entre as visões de cidadania, da Antiguidade e da Modernidade. Na primeira as relações sociais se baseavam na valorização da totalidade em relação a individualidade. Ao passo que na segunda, começamos a ter a ascensão de um ente, o Estado, em que dotados de liberdade, os indivíduos agora se unem e pactuam que este ente é quem agora os organizará em sociedade, deixando para trás o regimento por meio das leis divinas.

Na Sociologia acompanhamos o avanço dessa produção de conhecimento, e identificamos tal fato, a partir da construção, moderna, de Estado, onde, inicia-se um maior estabelecimento de direitos. Contudo, como preconiza Neto (2021), essa é uma das agendas de pesquisa da Sociologia Política, desde o século XX, que tem em sua centralidade a busca pela compreensão das relações modernas entre Estado e Sociedade. Mas fato é que também se adensam desigualdades, que perpetuam até hoje e elas estão no centro formador do Estado-nação, onde o desenvolvimento da paridade de cidadania e a disparidade entre as classes sociais ocorreram de forma simultânea (NETO, 2021).

No contexto brasileiro, que obviamente possui seu desenvolvimento como Estado-nação muito mais tarde, em virtude de sua condição como colônia portuguesa, mas que possui

¹ Graduada em Ciências Sociais - Bacharelado. Graduanda em Ciências Sociais - Licenciatura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: mayarabt90@gmail.com.

um caso diferente dos demais, onde a desigualdade se dá, de forma amplamente arbitrária, tanto na formação da cidadania, quanto na formação das classes. Conforme Carvalho (2008), analisando o longo da cidadania no Brasil, um período que vai do Império a República e que relegou a sociedade brasileira o entendimento sobre conceitos como civismo e nacionalismo e a própria cidadania. A herança deixada foi uma sociedade analfabeta, escravocrata, latifundiária que não compunham terreno fértil para a formação de cidadãos.

Diante deste último fato aqui trazido, percebemos que o processo histórico de formação da sociedade e do cidadão brasileiro não lhes proporcionou, por séculos, os meios para a convivência em sociedade, negando-lhes a participação ativa e colaboração na vida pública, por meio de condições dignas de trabalho, educação, dentre outras capacidades e direitos dois quais foram tolidos, para que pudessem se defender e manifestar. (GOERGEN, 2013).

Fato é, que podemos examinar, que o sentido de cidadania no Brasil teve seu início no Império, porém seus frutos começaram a vingar somente na Era Vargas, após a Revolução de 30, período em que tivemos, mesmo que de forma sutil e destinada a um grupo restrito, a primeira política social, voltada ao trabalho e a regulamentação das profissões. Contudo, como dito, a criação dessa política, excluiu da cidadania os que não possuíam um emprego formal, regulado pela lei. Neste sentido, a música escolhida dialoga exatamente com este momento histórico. Embora tenha sido criada em outro momento de grande relevância histórica, a ditadura, a música Homenagem ao Malandro, de Chico Buarque de Holanda.

Agora já não é normal
O que dá de malandro regular, profissional
Malandro com aparato de malandro oficial
Malandro candidato a malandro federal
Malandro com retrato na coluna social
Malandro com contrato, com gravata e capital
Que nunca se dá mal.

Metodologia

Para responder a questão que é o mote deste trabalho O QUE É SER CIDADÃO? Foram entrevistadas três pessoas de diversas áreas profissionais, com posicionamentos políticos e econômicos diversos, trazendo diversidade a questão norteadora.

As entrevistas se deram em dois formatos: na forma presencial e na forma remota. As entrevistas A e B foram feitas no formato remoto, sendo a questão respondida por meio de

aplicativo de WhatsApp. Já a terceira entrevista foi respondida no formato presencial. Ocorrendo de forma bem descontraída, onde o entrevistado foi questionado e falou sobre aquilo que entendia sobre o referido conceito.

Resultados e Discussão

Entrevista A: O primeiro entrevistado é homem, branco, 43 anos, pai de duas meninas, é engenheiro agrônomo formado pela UFPEL, servido público de uma autarquia federal. Para ele ser cidadão é:

Fazer parte de uma coletividade política – Estado – com direitos civis e políticos garantidos. Atuando, em termos econômicos e sociais, sempre respeitando a livre iniciativa, a liberdade e a pluralidade. Tendo como objetivo prático (extrínseco) a busca de satisfação material e cultural que a determinada época lhe permite.

Entrevista B: A segunda entrevista é mulher, branca, 27 anos, sem filhos, nutricionista formada pela UFCSPA, ainda sem colocação fixa no mercado de trabalho. Para ela ser cidadão é:

Entendo que a resposta para a pergunta em questão não tenha apenas uma única interpretação. Ser cidadão engloba, ao meu ver, deveres e direitos, mas não apenas no sentido formal da palavra, acredito que embora tenha sim uma parcela mais burocrática, ser cidadão vai um tanto além. Quando falo de deveres me refiro às regras básicas de convívio em sociedade, como não matar, não roubar, ter responsabilidade no trânsito, ter cuidado com o meio ambiente, mas também gestos menores, que envolvem empatia e respeito com o próximo. Assim como aprendemos na autoescola, que os maiores cuidam os menos, acredito que essa seja uma afirmação válida para os deveres, uma vez que devemos dar atenção para as regras gerais, que poderíamos considerar como sendo o macro, como também às atitudes cotidianas, o micro. Já sobre os direitos, entendo como aquilo que nos deve ser assistido, como moradia, alimentação, saúde de qualidade, estudo, entre outros. Faz parte do todo de ser cidadão cumprir com os seus deveres, mas também receber os seus direitos.

Entrevista C: O terceiro entrevistado é homem, branco, 39 anos, sem filhos, com formação na área de tecnologia da informação, formado pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER) e trabalha em uma instituição privada de ensino superior. Para ele ser cidadão é:

Se ser cidadão é: cumprir com as suas obrigações de pagamento de impostos, seguir as leis da sociedade. Agora se ser cidadão é contribuir para a sociedade com ajuda ao próximo, caridade, então não, pois não é algo que pratico, mas considero como sendo, é uma ramificação.

Considerações Finais

As respostas dos três entrevistados trazem percepções muito diversas, o que de fato, foi o intuito da autora, entrevistar pessoas de meios profissionais diversos, com trajetórias sociais diversas, na busca de trazer diversidade e contraposição ao debate. Contudo, algo é comum em todas as respostas, a percepção de que cidadania envolve direitos e deveres. Como visto, em diversos momentos da história brasileira, que a manutenção de um *status quo* é prejudicial a distribuição de direitos. É necessário contestar as desigualdades, mesmo que nesse processo surjam ameaças contra a expansão e os avanços da cidadania, até aqui conquistados.

É possível considerar que a cidadania, em nosso país – assim como em diversos países – ainda não alcançou aquele amplo sentido, é uma cidadania estratificada. Conseguimos observar uma cidadania em níveis, pois ser cidadão ainda está atrelado a ter uma profissão, ter uma boa colocação profissional e ser bem remunerado, pois isso gera prestígio e superioridade social, não interessando os meios para se chegar lá. Pois assim como é tratado na música de Chico Buarque de Holanda, para ser reconhecido como cidadão, o trabalhador é aquele que busca um emprego de carteira assinada. E a crítica se dá neste sentido, não importando os meios e nem a ética do trabalho, mas o que importa para ser cidadão é ter profissão.

Para a autora deste trabalho, ser cidadão, e falo isso olhando para trás, para a nossa história, como brasileira, para a construção do conceito e do sentimento de cidadania, falo também como mulher, que vive em uma sociedade moderna e globalizada e com uma visão e lugar de fala. Ser cidadão é então, uma construção constante. Adquirimos, em parte, aquele rol de direitos (civis, políticos e sociais), contudo, necessitamos sempre reafirmá-los, pois as dinâmicas e as relações sociais estão em constante mudança. A sociedade não é estática, seus agentes muito menos, por isso conhecer pleitear mudanças, melhorias, alargamento de direitos e deveres, isso é ser cidadão.

Segundo Cardoso (2015), a historiografia social é rompida pelo espessamento dos contingentes populacionais nos centros urbanos atijando a sociedade civil na busca por melhor entendimento do Estado e de seu aparato burocrático, na busca a seu favor também. Olhando para trás, no percurso da história brasileira e de seu crescimento como nação, as classes sociais, como um todo, levaram tempo até entenderem sua grandeza e força na luta pelo estabelecimento dos direitos.

Passamos séculos sendo relegada a colônia, depois tentando nos estabelecer como nação forte e potencial que somos, até que finalmente, quando parecem estar havendo maior entendimento e efervescência social, cultural, etc, nossa democracia é usurpada, nos levando ao limbo da cidadania, novamente, por mais duas décadas. A estruturação de direitos na sociedade brasileira beneficiou os aparatos que proporcionavam suas desigualdades por séculos, sendo mais abafar quaisquer revoltas e mais cômodas manter uma sociedade servil e acovardada (CARDOSO, 2015).

Assim sendo, buscamos constantemente expandir e fortalecer a cidadania. Não somente seu conceito, mas em sua forma, alargando seu conhecimento, para que a população, como um todo, conheça seus deveres e seus direitos, pois é assim é possível um maior entendimento de nosso processo histórico de formação como nação e nosso crescimento como sociedade. Se levarmos em conta que no Brasil, os primeiros direitos a serem conquistados foram os políticos, depois os civis e por fim, após um longo trajeto, os direitos sociais (Carvalho, 2008), e a forma como esses direitos nos foram dados, no momento e no tempo, de quem detinha o poder, influenciaram na forma como nos vimos, por muito tempo, pertencentes na sociedade, mas caminhamos para ser, cada vez mais, cidadãos da nossa pátria.

Referências

CARDOSO, Marcus. Democracia disjuntiva e cidadania insurgente. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 269-273, 2015.

DE CARVALHO, JOSÉ MURILO. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GOERGEN, Pedro. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. *Revista Educação Social*. V. 34, n. 124, p. 723-742, 2013.

LIMA, M. E. ; MENEZES JUNIOR, A.; BRZEZINSKI, I. Cidadania: sentidos e significados. In: XIII Educere - congresso nacional de educação. Curitiba. 2017

NETO, Fernando Cardoso Lima. Teoria Sociológica e Cidadania: Velhos e Novos Desafios da Sociologia Política. *Revista Lua Nova*, p. 287-312, 2021.